



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

N.º 851
ENTRADA
EM
2013.05.23
Secretaria da Câmara Municipal de
MARVÃO

21MAI2013 005772

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Marvão
Largo de Santa Maria
7330-101 Marvão

Vª Ref.ª
Ofício n.º 392

Vª Comunicação
08.03.2013

Nossa Ref.ª
Proc. P-02/12 (AI)

Assunto: Parque Natural da Serra de São Mamede - vedações

1. Verifico continuar por satisfazer o solicitado através do nosso ofício n.º 1242, de 29.01.2013, (cópia anexa) já depois de termos formulado insistência, por via telefónica, em 19.04.2013.
2. Informara-nos V. Ex.a, em 08.03.2013, a coberto do ofício referenciado em epígrafe, que aguardava parecer jurídico, sem que tivessem sobrevivendo, entretanto, os esclarecimentos solicitados.
3. Queira ter presente que esta demora onera de sobremaneira a intervenção do Provedor de Justiça e prejudica o legítimo exercício pelos cidadãos de se valerem da intercessão deste órgão do Estado.
4. Permitindo-me chamar a atenção para as consequências previstas na lei para o incumprimento do dever de cooperação com o Provedor de Justiça, serve o presente para insistir pela pronúncia de V. Ex.a cuja brevidade se espera vir a suprir o injustificado atraso já observado.

Com os melhores cumprimentos,


Jorge Noronha Silveira

Anexo: cópia dos ofícios citados



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

Exmo. Senhor
Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Marvão
Largo de Santa Maria
7330-101 Marvão

2012/0011240

Vª Ref.ª

Vª Comunicação

Nossa Ref.ª

Proc. P-02/12 (A1)

Assunto: Parque Natural da Serra de São Mamede - vedações

- I. Na sequência dos esclarecimentos prestados por V. Ex.as subsistem algumas questões controvertidas que importa dilucidar.
- II. Informou-nos V. Ex.a de que em Junho de 2012 tinham sido elaborados dois autos de notícia por se ter detetado a execução de uma operação urbanística nos prédios rústicos n.º 119, da secção F e n.º 69 e 70 da freguesia de Santo António das Areias, sem o prévio licenciamento municipal. A operação consistira na movimentação de terras para execução de fundações de um portão e colocação de postes de vedação, a betonagem de fundações com argamassa feita no local, a aplicação de postes do portão e a colocação do mesmo, bem como de postes e rede de vedação.
- III. A infratora terá retorquido, posteriormente, que não pretendia que os elementos se incorporassem no solo com carácter de permanência e que a utilização de maciços de cimento em areia seriam apenas necessários para consolidar pontualmente os prumos metálicos. Ademais, tratar-se-ia de uma obra com finalidade exclusivamente florestal.
- IV. Contudo, confrontadas as fotografias de que dispomos com a noção constante do artigo 2.º, alínea a), do Regime Jurídico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro - edificação é a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

permanência - parece tratar-se de obras que se incorporam no solo com carácter de permanência.

- V. Com efeito, na instalação das vedações reclamadas ocorreu movimentação de terras, para execução de fundações dos portões e para colocação dos postes de vedação, tendo ainda sido executada a betonagem das fundações com argamassa no local, aplicados postes do portão e colocado o mesmo, bem como instalados postes e rede de vedação. Nada indicia transitoriedade.
- VI. O Supremo Tribunal Administrativo tem vindo a entender que obra de construção civil é algo erigido pelo homem (construção) e que o carácter de permanência é determinado pela sua potencialidade para perdurar, sem qualquer limite temporal, sujeita apenas, como as outras, a obras de manutenção ou de reparação. Evidentemente que não é o seu aspeto aparentemente mais ligeiro que lhe retira esse carácter, como não é a aparência mais pesada de outras que lho conferem (v.d. acórdão da 1.ª subsecção do CA, de 05.09.2012, proc. 1070/11).
- VII. No acórdão de 8.11.2007, proc. n.º 160/07, aquele Tribunal concluiu ainda que o que conta para o conceito de “obra de construção”, é a unidade da edificação em si mesma, o conjunto holístico, desconsiderando alguns aspetos de pormenor, tais como a natureza e a composição de algum dos seus elementos, ainda que possam ser retirados ou substituídos.
- VIII. Deve-se ainda ter presente o acórdão do mesmo Tribunal de 3.02.1994 (proc. n.º 32381), onde se considerou que a vedação de um terreno, com rede metálica, suportada por postes metálicos, assentes em sapatadas de betão, incorporadas no solo, está sujeita a licenciamento municipal.
- IX. E, mais recentemente, em 8.11.2012, veio o Tribunal Central Administrativo classificar como obra de construção civil a instalação de um portão que resultou de



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

uma ligação artificial de diversos elementos, assente no muro que delimita a propriedade, forma com este um conjunto funcionalmente dirigido a um fim específico (vedação da propriedade), com individualidade própria, com carácter de permanência e, portanto, sem carácter transitório” (proc. 08753/12).

- X. No caso concreto, não se trata da colocação de simples estacas de madeira, amovíveis, mas antes de uma vedação mediante a execução de fundações e a sua betonagem, conforme se pode verificar nas fotos em anexo, disponíveis em: http://forummarvao.blogspot.pt/2011/10/ela-mas-ate-agora-as-entidades-nao_11.html.
- XI. A própria remodelação do terreno para colocação de vedação ou a própria colocação de vedação nos moldes como foi executada, constitui uma operação urbanística, sujeita à aplicação do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- XII. Por seu turno, na alínea j), do artigo 2.º do mesmo diploma, definem-se as operações urbanísticas como sendo operações materiais de utilização do solo desde que para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água.
- XIII. Ora, não parece defensável argumentar que se trata de obras com finalidade exclusivamente agrícola ou florestal, porquanto a colocação de vedações em nada releva para a atividade florestal, nem a atividade florestal depende da vedação das parcelas de terreno onde será exercida, muito menos de vedações com estes atributos de solidez e perenidade.
- XIV. Diferente seria, por exemplo, a colocação de estacas necessárias para apoio ao crescimento das árvores ou a execução de trabalhos de remodelação de terrenos com



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

vista à plantação de árvores. Estes sim, seria trabalhos com fim exclusivamente florestal.

XV. Já a remodelação do terreno para colocação de vedação ou a própria colocação de vedação nos moldes detetados pelos serviços de fiscalização constituem operações urbanísticas sujeitas à aplicação do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

XVI. Por fim, mas não menos importante, a instalação da referida vedação deve ser apreciada sob o ponto de vista estético tanto mais que se está no seio de um parque natural onde a proteção da paisagem é fulcral.

XVII. Em face do exposto, considero que as vedações reclamadas constituem obras de construção civil.

XVIII. Por fim, faço notar que a foto em anexo I, denota a construção *ex novo* de um muro de pedra para suporte do portão. A tonalidade e a distribuição regular da pedra indiciam a recente construção do mesmo.

XIX. Em face do exposto, solicito a pronúncia de V. Ex.a, bem como informação sobre as medidas que pondera adotar.

Cumpre-me assinalar a prioridade que devem ter as diligências solicitadas por este órgão do Estado, de harmonia com o disposto no artigo 29.º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, para o que se pede a melhor atenção de V. Ex.a.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Noronha Silveira